Flávia Barbosa S. Dutra
Felipe Di Blasi
Midiã Moreira Oliveira Ramos
Annie Gomes Redig

DOCUMENTO NORTEADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACESSIBILIDADE BÁSICA – PAB:

Primeiros passos

Ano 2024

Flávia Barbosa S. Dutra
Felipe Di Blasi
Midiã Moreira Oliveira Ramos
Annie Gomes Redig

DOCUMENTO NORTEADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACESSIBILIDADE BÁSICA – PAB:

Primeiros passos

Ano 2024

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Documento norteador para implementação do Plano de Acessibilidade Básica - PAB: primeiros passos

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Autores: Flávia Barbosa S. Dutra
Felipe Di Blasi
Midiã Moreira Oliveira Ramos
Annie Gomes Redig

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D637 Documento norteador para implementação do Plano de Acessibilidade Básica - PAB: primeiros passos / Flávia Barbosa S. Dutra, Felipe Di Blasi, Midiã Moreira Oliveira Ramos, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Outra autora
Annie Gomes Redig

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-2548-9
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.489241405

1. Serviços de apoio na educação especial. I. Dutra, Flávia Barbosa S. II. Blasi, Felipe Di. III. Ramos, Midiã Moreira Oliveira. IV. Título.

CDD 371.914

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Dedico esse documento norteador às pessoas com deficiência, que todos os dias vivenciam situações inacessíveis, mas continuam a transpor barreiras, nos mostrando o quanto são capazes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a agência de fomento FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo E-26/201.321/2021 e por contribuírem para a pesquisa nas universidades públicas, possibilitando a difusão científica.

Agradeço as parceiras de trabalho Suzanli Estef, Cristina Mascaro e Annie Redig, pela cooperação contínua e de forma muito específica, por compartilhar da elaboração deste projeto.

Agradeço ao Laboratório de Inclusão e Diversidade (LID) pelo envolvimento nos projetos e ações que executamos, tornando, de forma prática, os espaços ao nosso entorno, acessíveis e inclusivos.

Agradeço a todas as pessoas e colaboradores, que de forma direta ou indireta, nos auxiliaram na construção deste material.

Ao ser convidada para escrever o prefácio desta obra, me coloquei a pensar sobre o que seria mais apropriado dizer para aqueles que se dedicarão à leitura destas páginas. Diante de tantos livros, artigos e pesquisas que se dedicam à temática da inclusão, focalizando as pessoas com deficiência, me parece já ser consenso que, os princípios trazidos pelo paradigma da inclusão, são fundamentais para garantir que as mudanças que se processam no âmbito social e educacional levem em consideração a diversidade humana, rompendo com práticas excludentes, que impedem a participação de pessoas e grupos historicamente marginalizados, dentre os quais se localizam as pessoas com deficiência.

Seja no âmbito acadêmico, seja no âmbito legal, os avanços do processo de inclusão das pessoas com deficiência, são fruto de muitas denúncias, lutas e reivindicação dos movimentos sociais e das famílias. As conquistas dos direitos das pessoas com deficiência impactam (ou deveriam impactar) diretamente na maneira como a sociedade se organiza. A presença e o protagonismo dessas pessoas, em diferentes esferas sociais, sem dúvida, favorecem as mudanças e contribui para a ruptura de padrões de normalidade socialmente impostos. Para além, desafia a todos nós, desestabilizando nossas certezas, concepções e atitudes frente à deficiência.

O capacitismo, nome dado ao preconceito e discriminação sofridos pelas pessoas com deficiência, se faz presente em muitos espaços sociais e nas instituições. Mesmo diante de tanta informação, as pessoas com deficiência ainda lidam com situações cotidianas que impedem a sua participação plena na sociedade e limitam seus direitos e exercício da cidadania. As barreiras, sejam elas físicas, materiais ou atitudinais, ainda existem. A garantia das diferentes formas de acessibilidade não está plenamente estabelecida.

Pelo exposto, posso dizer que os princípios teóricos e filosóficos da inclusão, conhecidos por muitos e norteadores de políticas públicas, não são suficientes para promover a participação das pessoas com deficiência na sociedade como um todo. Inclusão é processo, é construção, é o alvo que cotidianamente miramos. Para tanto é necessário que existam ações concretas para que esse alvo seja alcançado. Acessibilidade é a ferramenta pela qual o processo de inclusão se constrói.

Portanto, caros leitores, posso dizer que essa obra representa uma importante contribuição para a promoção da acessibilidade. Ela apresenta o Plano de Acessibilidade Básica (PAB), trazendo informações e orientações valiosas para que as pessoas com deficiência tenham acesso a espaços, equipamentos sociais e culturais e tecnologias. O PAB tem o potencial de impactar de maneira concreta na promoção das diferentes formas de acessibilidade. Assim como os

princípios teóricos e filosóficos da inclusão norteiam a construção de políticas públicas, o PAB pode nortear a oferta de recursos e serviços que atendam as demandas específicas das pessoas com deficiência na sua vida cotidiana. São ações que viabilizam a concretização do que há muito chamamos de sociedade inclusiva.

Faço votos de que todos que terão acesso a essa obra aprendam um pouco mais sobre a inclusão e propaguem as informações reunidas aqui. Aos autores, resta agradecer pelo convite em prefaciar este livro e, mais do que isso, reconhecer a importância de suas pesquisas para o campo da inclusão em educação.

Sigamos aprendendo sempre.

Juiz de Fora, janeiro de 2024.

Katiuscia C. Vargas Antunes
Dra. em Educação
Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora
Professora do Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE/UFJF
Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Acessibilidade e Inclusão (ACINC/UFJF)

Trabalhar em equipe é algo desafiador e extraordinário, principalmente quando os temas são diferentes, mas acima de tudo complementares, afinal a inclusão é um tema transversal. Dessa forma, quando pensamos na relação entre educação e pessoa com deficiência (PcD), se faz necessário considerar a individualidade e demanda específica de cada estudante, pois, por mais que este tenha a mesma deficiência que outro, suas demandas são singulares, e isso já não é mais nenhuma novidade.

Assim, destacamos o plano educacional individualizado, como ferramenta fundamental no processo ensino aprendizagem. E, como parte deste processo, temos as avaliações, que também precisam ser bem pensadas e estruturadas, segundo as demandas específicas, para que o percurso acadêmico seja bem sucedido e aprazível. Promover o acesso é garantir a transição para a vida adulta e independente. A acessibilidade, nesse sentido, é capaz de migrar a pessoa de uma perspectiva assistencialista social para o viés emancipatório.

Foi diante destes assuntos distintos e imbricados que nasceu a ideia do projeto, através da elaboração de documentos norteadores acerca dos quatro “Ps”: plano educacional individualizado (PEI), plano acessibilidade na avaliação (PAA), plano de transição para a vida independente (PIT) e plano de acessibilidade básica (PAB).

O PAB é um documento norteador para acessibilidade básica, desenvolvido pelo Laboratório de Inclusão e Diversidade (LID) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), que atualmente tem sua temática de estudo, pesquisa e ações voltadas para as questões relacionadas a acessibilidade.

Entendemos como acessibilidade o direito de usufruir de algo de maneira autônoma, independente e segura, com igualdade de condições de acesso para todas as pessoas, independentemente de ser ou não uma pessoa com deficiência.

É válido citar que com a pandemia da Covid-19[1] e o avanço da utilização das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDICs), ficou muito mais evidenciada a necessidade de acessibilidade em plataformas, serviços e afins. Empresas e instituições escolares, nesse período, precisaram buscar ações diferenciadas para a continuação de suas atividades, visto que com o distanciamento social a relação entre amigos, estudos e trabalhos se voltaram cada vez mais para a utilização das TDICs. Além da acessibilidade em espaços físicos presenciais, foi necessário atender também a acessibilidade

---

1 A **Covid-19**, doença causada pelo vírus **SARS-CoV-2**, teve seus primeiros casos apresentados na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, na China, no final do ano de 2019. No dia **11 de março** de 2020, a **Organização Mundial de Saúde (OMS)** decretou estado de **pandemia da Covid-19.** Naquela data, já havia mais de 118 mil casos da doença registrados em mais de 100 países e 4.291 mortes. Fonte: OMS.

digital. Portanto, o objetivo deste material é disponibilizar orientações sobre acessibilidade para o processo de comunicação em diferentes ambientes e situações.

Desta forma é importante salientar que as orientações aqui disponibilizadas visam o desenvolvimento de ações acessíveis no contexto socioeducacional, assim como o processo de inclusão com garantia da participação da PcD.

Por fim, este material e suas instruções foram construídos em parceria com o Laboratório de Inclusão e Diversidade (LID), que dedica seus estudos à inclusão da PcD em todo contexto socioeducacional.

Desejo uma excelente leitura!

Flávia Barbosa S. Dutra
Doutora em Educação, Gestão e Difusão em Biociências
Professora Associada da Faculdade de Educação – Uerj
Departamento de Educação Inclusiva e Continuada
Professora do Programa de Pós Graduação em Educação – ProPEd
Coordenadora do Laboratório de Inclusão e Diversidade
Membro Pesquisador da Academia Paralímpica Brasileira

SUMÁRIO

O CONCEITO DE ACESSIBILIDADE

O tema da Acessibilidade, observado segundo a proposta do desenho universal (DUA), configura temática variável mediante o acúmulo ou inexistência de barreiras perceptíveis, distribuídas por sete dimensões presentes nos espaços, instrumentos, comunicações, programas, metodologias, atitudes ou mesmo dispostas naturalmente (SASSAKI, 2019).

O DUA surgiu nos Estados Unidos na década de 1990 e "pode ser compreendido como um conjunto de princípios e estratégias que se relacionam com o currículo escolar. Sua finalidade é eliminar as barreiras que impedem o aprendizado" (BORGES; SCHMIDT, 2021, p. 27).

Em tempo, temos o Princípio do Design Inclusivo que é definido por

> Uma abordagem projetual que tem por objetivo incluir a maior variedade de grupos com características individuais distintas como norteadores para as decisões tecnológicas. O Design Inclusivo traz uma perspectiva de concepção para as tecnologias, em vez da abordagem de correção. Ou seja, em vez de se projetar uma tecnologia e depois adicionar recursos de acessibilidade, a sua concepção é idealizada com princípios inclusivos (GRILO, 2021).

Sob os modelos descritos acima, Grilo (2021, p.47) afirma que "é importante observar que não há sobreposição ou competição entre as abordagens", visto que o Design Inclusivo está baseado sobre os aspectos digitais, enquanto o DUA sobre as "concepções físicas, como na acessibilidade arquitetônica. Ambos se complementam e cumprem seus papéis, de acordo com o contexto".

Segundo o escopo deste documento, o atendimento às dimensões de acessibilidade consiste no acesso da PcD, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, em respeito à utilização segura, autônoma e confortável dos meios físicos e digitais, transporte, informação e comunicação oriundos de serviços e instalações abertas ao público nas zonas urbana e rural (ONU, 2006; BRASIL, 2008b; SASSAKI, 2019). Essas dimensões não ocorrem de forma estanque, existem elementos transversais e recorrentes ao contexto social que podem ser observados em diferentes campos, como podemos observar a seguir.

DIMENSÃO ARQUITETÔNICA, ACESSIBILIDADE E BARREIRAS

Garantir a acessibilidade arquitetônica, por definição, consiste na eliminação de barreiras físicas presentes no interior, entorno, espaços urbanos e transportes executados tanto pela esfera pública, quanto privada. As barreiras arquitetônicas são configuradas por todos os tipos de obstáculos impeditivos à ocupação dos espaços físicos e, costumeiramente, são de fácil identificação, porém de difícil adequação.

A maneira como são concebidas as vias, calçadas e faixas de pedestres é de suma importância para um diálogo fundacional. No caso do Rio de Janeiro, uma pessoa com mobilidade reduzida, que dependa de muletas ou cadeira de rodas para a autonomia de

sua locomoção, por exemplo, precisa elaborar seu trajeto diário por uma cidade que ostenta seus períodos históricos, bem como suas barreiras, pela discrepância entre rotas, prédios e fachadas agregados ao longo do tempo.

A locomoção em ambientes fechados demanda de uma disposição do mobiliário que pode facilitar ou dificultar o deslocamento de acordo com a atualização temática à diversidade empregada sobre a mesma. Nesse sentido, a conservação de rotas acessíveis, substituição de escadas por rampas, implementação de sinalização em braile, acesso aos diferentes espaços, corredores, sanitários, lanchonetes, pátios, jardins, vagas de estacionamento projetadas com espaço suficiente, implementação de piso tátil, além de elevadores para cadeirantes em ônibus e espaços reservados para cães-guia nos transportes, servem como exemplo de adequações possíveis, entre outros. O termo adaptações razoáveis, presente na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) serve como intervenção pontual para a melhoria da acessibilidade, porém, não atende aos critérios básicos de concepção, que sustentam o Desenho Universal para a acessibilidade.

DIMENSÃO PROGRAMÁTICA, ACESSIBILIDADE E BARREIRAS

A acessibilidade programática consiste na eliminação de barreiras existentes em normas e regulamentos. Ocorre mediante revisão atenta e sistemática das normativas legais de uma sociedade e se torna eficaz quando elimina todas as colocações desfavoráveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Nesse sentido, é de suma importância a participação das PcD nos processos de elaboração legal. “Nada sobre nós, sem nós” é o lema da inclusão desde o ano de 2004, quando foi tema do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

De fato, para que sejam evitados ruídos na legitimação legal do grupo, faz-se necessária sua participação ativa na luta por direitos individuais e para a efetividade de políticas públicas. Essa dimensão remete à localização do conhecimento, do pensamento que não se pretende separar, consideradas suas interseccionalidades, identidades e lugares de fala (COLLINS; BILGE, 2016; RIBEIRO, 2017).

DIMENSÃO NATURAL, ACESSIBILIDADE E BARREIRAS

Entendemos acessibilidade Natural enquanto o acesso sem barreiras aos espaços naturais, terrestres ou aquáticos, de propriedades das esferas pública ou privada, que não produzam impacto ao ecossistema, ainda que reforçado o desenvolvimento socioambiental, sustentável e inclusivo. As adaptações razoáveis, nesse contexto natural, podem promover ajustes adequados para que as PcD possam gozar de seus direitos e liberdades fundamentais (ONU, 2006; BRASIL, 2015).

DIMENSÃO COMUNICACIONAL, ACESSIBILIDADE E BARREIRAS

Entendemos a acessibilidade comunicacional como acesso sem barreiras nas diferentes formas de comunicação interpessoal nas modalidades presencial, escrita ou virtual (BRASIL, 2015). Dessa forma, a comunicação se torna uma barreira quando as informações não são amplamente disponibilizadas, são inexistentes ou apresentadas de forma inacessível. Ou seja, na comunicação interpessoal, escrita ou mediada por espaços virtuais, por exemplo, a falta do domínio de Libras, escrita e leitura em braile dentre outras acessibilidades digitais como tradução automática, legendas, *closed caption*, audiodescrição de vídeos e imagens, alto contraste e presença de textos alternativos, comprometem a comunicação de forma óbvia.

DIMENSÃO INSTRUMENTAL, ACESSIBILIDADE E BARREIRAS

Acessibilidade instrumental consiste na adequação de instrumentos, ferramentas, utensílios e tecnologias envolvidos na realização de atividades da vida diária como estudo e trabalho. Tais intervenções variam desde as tecnologias assistivas informatizadas, automatizadas, até versões mais simples e funcionais, como o espessamento de cabos de talheres e materiais de escrita, suporte para livros, teclados com letras maiores, entre outros equipamentos de tecnologia assistiva. A terminologia adaptação razoável, apesar da crítica tecida anteriormente frente ao contexto de Desenho Universal para Acessibilidade, constitui uma alternativa individualizada de interesse (BRASIL, 2015).

DIMENSÃO METODOLÓGICA, ACESSIBILIDADE E BARREIRAS

Em nosso entendimento, para a acessibilidade metodológica, constam os métodos, teorias e técnicas utilizados em quaisquer campos de atividade humana, que abarquem a adequação de materiais de estudo, trabalho, lazer, entre outros (BRASIL, 2015).

DIMENSÃO ATITUDINAL, ACESSIBILIDADE E BARREIRAS

A acessibilidade atitudinal é entendida, pelos autores desse documento, como a principal das acessibilidades, visto que está relacionada ao comportamento e à atitude das pessoas em relação às PcD, pois, segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, "favorece atitude receptiva em relação aos direitos das pessoas com deficiência" (ONU, 2006; BRASIL, 2008b; SASSAKI, 2019).

Dela derivam todas as outras, em termos de demandas sociais inclusivas e efetiva transformação e desenvolvimento societal. De forma ampla e mais complexa, consiste na eliminação de exclusões presentes nos estereótipos, estigmas, preconceitos e comportamentos discriminatórios sejam estes implícitos ou explícitos. Alguns exemplos

atitudinais menos nobres consistem em ignorar a presença da PcD, reportar-se à mesma de forma infantilizante ou estabelecer comunicação apenas com seus acompanhantes.

Ao mesmo tempo em que configuram as barreiras menos perceptíveis ao público em geral, poderiam ser as mais fáceis de serem derrubadas mediante trâmites de informação, conscientização e sensibilização sobre a diversidade humana em seus contextos sociais de participação. Ao perceber que a dimensão atitudinal da acessibilidade impacta a vida das pessoas tanto de forma positiva quanto negativa, inferimos que quanto maiores forem a participação e a representatividade, maiores serão as chances de transformação social.

Já que promover acessibilidade diretamente pela dimensão Atitudinal demanda de uma complexa obra de transformação social, a garantia de acessibilidade pelas dimensões Programática, Metodológica e Comunicacional configuram alternativas de interesse para impulsionar mudanças sociais.

Fica claro que a acessibilidade deve oferecer a criação de ambientes inclusivos, onde todos possam utilizar os espaços e instrumentos em igualdade de condições, observando os conceitos de “usabilidade” (facilidade de utilização), o de “comunicabilidade” (comunicar a todos, oferecer uma linguagem simples e direta) (SONZA; NASCIMENTO; EGAMI, 2021, p.18) e o de “funcionalidade” (qualidade de utilização).

A Lei 13.146/2015 propõe políticas referentes ao conceito de acessibilidade, assim como a implementação de projetos, o acesso à informação e a comunicação, dispostos em seus artigos 53; 55; 63; 65; 66; 67:

> art 53: a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de **forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social**;
>
> art. 55. A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, **de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação**, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade;
>
> art. 63**. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet** mantidos por **empresas com sede ou representação comercial no país ou por órgãos de governo**, para uso da pessoa com deficiência, **garantindo-lhe acesso às informações disponíveis**, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente;
>
> art. 65. As empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, conforme regulamentação específica;
>
> art. 66. Cabe ao poder público incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade que, entre outras **tecnologias assistivas**, possuam possibilidade de indicação e de ampliação sonoras de todas as operações e funções disponíveis;
>
> art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros: **I – subtitulação por meio de legenda oculta;**
>
> **II – janela com intérprete da Libras; III – audiodescrição** (BRASIL, 2015, p.17, 18 e 19. grifo nosso).

Em síntese, fomentar a acessibilidade contribui para novos caminhos a serem percorridos pela PcD no acesso, permanência em seus projetos de vida e no aumento de sua participação social. Pensar em acessibilidade está além da utilização de locais físicos ou plataformas digitais pré-existentes como, por exemplo: *YouTube, Facebook, Instagram, X*[1], entre outros. É entender sobre o diálogo entre a PcD e a comunidade, com novas

1 Lançado como *Twitter* em 2006, é uma rede social em formato de *micro blog*, no qual usuários podem enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos em textos de até 280 caracteres, para usuários comuns, e 25 mil caracteres para assinantes.

oportunidades que permitam e possibilitem a troca e construção do conhecimento, com remoções de eventuais barreiras impeditivas à participação de todos na realização deste processo.

Entendemos que a transposição de barreiras incide numa melhor participação geral em relação ao acesso às atividades sociais, acadêmicas e laborais. Por isso, a busca e a realização de uma acessibilidade básica são primordiais para mudanças organizacionais no tocante à dissolução de possíveis barreiras existentes.

Dessa forma, abordaremos neste documento recursos como: audiodescrição, janela de Libras, legendas para surdos e ensurdecidos, alto contraste e fonte ampliada que servirão para uma melhor participação da PcD, com a inserção de métodos necessários para uma acessibilidade básica em diferentes ambientes.

Compilamos informações referentes às condições de acessibilidade, para elaboração do documento, a partir das normas vigentes sobre o tema associados a artigos, estudos, testes e práticas.

AUDIODESCRIÇÃO

Sobre a ideia de que qualquer produto com fins de popularização exija a necessidade de estar em conformidade com normativas, apresenta-se, inicialmente, a definição de audiodescrição (AD) como

> Narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual (BRASIL, 2006).

Perdigão, Monteiro e Fernandes (2021, p.2) esclarecem que a audiodescrição "se apresenta como um recurso de acessibilidade comunicacional, isto é, uma tecnologia assistiva que está inserida no escopo da tradução" que permite o acesso a diversas esferas presentes no âmbito socioeducacional, "através da transformação das imagens em palavras" (PERDIGÃO; LIMA, 2017).

De acordo com Villela e Stamato (2015, p. 22) audiodescrição é um

> "recurso que permite à pessoa com deficiência visual o acesso à descrição ao vivo ou gravada em áudio de elementos verbais apresentados em diversos formatos e situações: vídeos, fotografia, encenações, produtos artísticos e de entretenimento, entre outros."

Motta destaca que

> Vivemos em um mundo visual que exprime significados pelas imagens e nas imagens que são produzidas e reproduzidas continuamente em jornais, revistas, livros, internet, além daquelas que são clicadas freneticamente por milhares de usuários de celulares que passam a compartilha-las nas redes sociais (MOTTA, 2016, p. 1).

Ainda sobre o tema, o autor supracitado divide a AD em estática (desenhos, fotos, mapas, entre outros) e dinâmica (animações, vídeos). Para Motta (2016, p. 1 - 2) as "imagens estáticas como as dinâmicas são utilizadas não somente para ilustrar, chamar a atenção [...]", mas para "complementar o entendimento do texto, do tema em estudo e torná-los mais facilmente compreendidos ou assimilados".

Para Peregrino, (2020, p .25) o recurso "consiste em transformar imagens em palavras de modo que as pessoas cegas ou com baixa visão possam usufruir de conteúdos audiovisuais diversos, peças de teatro, espetáculos de dança, entre outros". Acrescenta-se como conteúdo significativo as campanhas institucionais e informativos de utilidade pública (Brasil, 2006), visando a proteção da saúde e dar segurança a essa população. Nas entrelinhas do que é substancial para a vida, a AD permite o acesso às dinâmicas de sonorização, aos silêncios e também à emoção.

> Em termos técnicos, no audiovisual, a AD é inserida já no conteúdo finalizado e pronto para ser exibido ao público, nos "silêncios" entre os diálogos, descrevendo as ações dos personagens, cenários, emoções, cores e detalhes que permitirão com que a pessoa com deficiência visual usufrua do filme ou programa de televisão (PEREGRINO, 2020, p. 25).

Um estudo de Motta, (2021, p.66 e 67) sobre a “audiodescrição na escola: orientações para professores em tempos de pandemia”, destaca que a AD abre “possibilidades maiores de acesso à cultura e a informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar”, ampliando o entendimento de diversas pessoas que precisam utilizar o recurso. Assim, no “lugar no qual se utilizam, fartamente, recursos imagéticos, a audiodescrição pode ser utilizada como uma ferramenta pedagógica”, tendo em vista a excisão de barreiras presente na comunicação.

> O conhecimento sobre o recurso e sobre seus benefícios, aplicabilidade e técnicas permitirá que possa ser utilizado como ferramenta, o que sem dúvida poderá contribuir para o enriquecimento do agir pedagógico e para abertura de mais oportunidade de aprendizagem (MOTTA, 2021, p. 67).

Ao realizar uma audiodescrição do material desejado, é necessário se atentar para alguns princípios:

- Descreva o que você vê com objetividade;
- Faça uso de uma linguagem coesa;
- Evite gírias,
- Não use julgamento de valor;
- Faça uma análise da imagem para que seus elementos atendam a didática necessária do material.

Destacamos que após a construção da AD o texto deverá passar por uma análise do consultor cego, para que assim ocorra uma avaliação da “eficácia do texto produzido” (PERDIGÃO; LIMA 2017, p. 27).

Figura 1: Audiodescrição do logotipo do Laboratório de Inclusão e Diversidade

Início da audiodescrição: Figura 1: Exemplo de audiodescrição

Ao centro, na cor branca "LID, LABORATÓRIO DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE", sobreposta a uma folha de amendoeira em tom avermelhado. Fim da audiodescrição.

Fonte: os autores.

FONTE AMPLIADA E ALTO CONTRASTE

Para pessoas que necessitam de recursos como fonte ampliada e alto contraste são utilizados materiais com fonte adequada e contraste entre fundo e fonte. Tal recurso auxilia não apenas pessoas com baixa visão, mas também pessoas com dislexia ou outras necessidades específicas.

Assim, é indicado a utilização das cores como "amarelo em fundo preto nos ambientes virtuais e cor preta em papel branco nos materiais educativos como cartazes, gráficos" entre outros (ROMAGNOLLI, 2008; UFRGS, 2021; CECIERJ, 2020), como destacamos a seguir:

- Fontes: utilizar letras sem serifas, isto é, sem caracteres que afetam a diferenciação;
- Tipos de letras limpas e contraste: Verdana, Arial, Cabilibri;
- Não use cores, gradientes fortes ou imagens desbotadas atrás do texto;
- Respeite o espaço entre as letras e linhas de textos.

Figura 2: Exemplo de fonte ampliada

Imagem 5: Exemplo de Fonte Ampliada. Fundo branco com letras e símbolos ao centro.

Início da audiodescrição: Imagem 5: Exemplo de fonte ampliada.

Fundo branco com letras e símbolos ao centro. Fim da audiodescrição.

Fonte: os autores

Figura 3: Exemplo de alto contraste

Início da audiodescrição: Imagem 6: Exemplo de alto contraste em sites. Sobre um fundo preto da esquerda para direita, recursos de alto contraste, fonte ampliada e Libras. Abaixo logotipo do LID, recursos de informações na cor amarelo, seguido da foto do livro do LID e recomendações do artigo "atividades extensionistas oferecidas pela UFRJ durante a pandemia de Covid-19". Fim da audiodescrição.

Fonte: os autores

JANELA DE LIBRAS

Em relação a Libras, a lei 10.436/2002, trata que:

> LIBRAS é a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, p. 1).

A mesma lei em seu artigo 2º, destaca que a garantia

> [...] por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2002, p. 1).

Capelli et al (2019, p.7) retratam algumas características relacionada a Libras, assim temos:

> I - Da mesma forma que ocorre com línguas orais, existem diversas línguas de sinais, que variam entre os diferentes países. No Brasil, utiliza-se a Libras;
>
> II - Os sinais na Libras equivalem às palavras na língua oral;
>
> III - As línguas de sinais não são mímicas;
>
> IV - Libras não é a Língua Portuguesa sinalizada ou soletrada utilizando um alfabeto manual;
>
> V - O soletrar com o alfabeto manual é conhecido como datilologia;
>
> VI - Os parâmetros da Libras são cinco: configuração de mãos; ponto de articulação; movimento; orientação e direção; e expressão facial e corporal;
>
> VII - A Libras, como outras línguas de sinais, possui uma gramática própria, diferente daquela da língua oral;
>
> VIII - O Tradutor e Intérprete da Libras (TILS) é o profissional competente para realizar a interpretação e a tradução;
>
> IX - As línguas de sinais envolvem uma percepção essencialmente visual, ou seja, é expressa de forma espacial por meio das mãos, da expressão facial e corporal. Não basta que só os movimentos das mãos estejam visíveis.

Mediante a este exposto, quando falamos de acessibilidade digital, é importante uma observação sobre o uso da janela de Libras, que consiste na tradução simultânea do conteúdo disponível nos meios audiovisuais, por profissionais da área - TILS.

> A tradução da Língua Portuguesa para Libras deve ser realizada por um Tradutor Intérprete de Libras (TILS), que deve dominar de forma efetiva as duas línguas. Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal.
>
> O TILS é um tradutor intermodal, intersemiótico e interlinguístico, e deve conhecer as duas línguas associadas às suas manifestações culturais e suas articulações em duas modalidades diferentes (PEREGRINO, 2020).

De acordo com a portaria nº 310 “janela de Libras é o espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais” (BRASIL, 2006, p. 3). Sobretudo ao falarmos deste aspecto nos remete a ideia de recursos simples. De acordo com Nascimento et al (2020, p. 225) “tal função requer muito comprometimento e a responsabilidade assume proporções ainda maiores quando estamos tratando de assuntos relacionados à acessibilidade”. Assim deve-se pensar nas normas estabelecidas para que os recursos propostos garantam uma comunicação essencial para os seus usuários.

Em relação ao tamanho da janela em Libras, Capelli et al (2019), salientam que

> deveriam ser de tamanho grande e no mesmo nível que a informação visual apresentada no vídeo. Isso é necessário para que não se perca informação ao mudar o campo visual da imagem do vídeo para a janela de Libras.

É importante destacar que as janelas menores podem impossibilitar a visualização da expressão facial dos TLIS. Por isso para uma melhor acessibilidade entendemos que modelo ideal seria 50x50 ou 60x40, posicionada à direita da tela, para que assim o conteúdo nos materiais audiovisuais se torne mais acessível.

Todavia, Libras não supri materiais escritos, e nem o oposto (PLESTCH et al, 2021).

Figura 4: Exemplo de Janela de Libras 50x50 e 60x40, respectivamente.

Imagem 2: Exemplo de Janela de Libras - 50x50.
Da esquerda para direita: Acessibilidade e Recursos Tecnológicos e foto da intérprete de Libras.
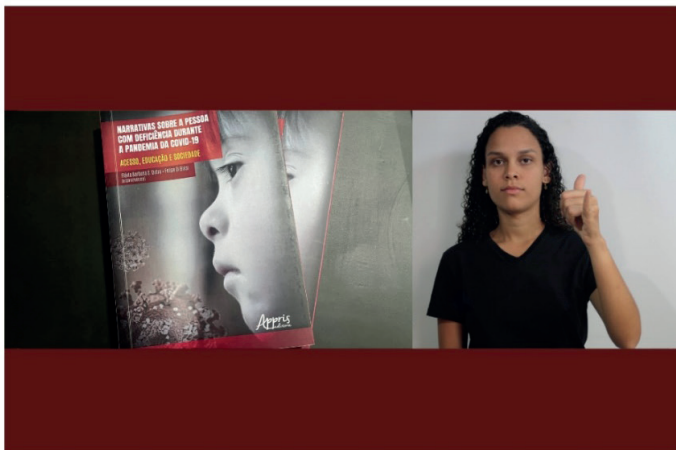
Imagem 3: Exemplo de Janela de Libras - 60x40.
Da esquerda para direita: foto da capa do livro do LID e foto da intérprete de Libras

Início da audiodescrição: Imagem 2: Exemplo de janela de libras 50x50.

Da esquerda para direita: Acessibilidade e recursos tecnológicos e foto da intérprete de Libras. Fim da audiodescrição.

Início da audiodescrição: Imagem 3: Exemplo de janela de libras 60x40.

Da esquerda para direita: foto da capa do livro do LID e foto da intérprete de Libras. Fim da audiodescrição.

Fonte: os autores.

LEGENDAS

O recurso de legendagem também se faz presente quando tratamos de acessibilidade digital, visto que possibilita o acesso à informação para seus usuários. De acordo com Nascimento (2017, p. 564) legendas podem ser consideradas “interlinguística ou intralinguística: a primeira é aquela que traduz as falas de um produto audiovisual para outro idioma através do código escrito; enquanto a segunda transfere do oral para o escrito dentro de um mesmo corpo linguístico”; além do conceito de “intersemiótica” trabalhado por Franco, Santos e Chaves (2020, p.14) como os elementos acústicos para o verbal escrito (tradução dos efeitos sonoros).

Vilella e Stamato (2015, p. 23), enfatizam que “tal recurso é utilizado em materiais e/ou produtos audiovisuais em situações rotineiras e ao vivo”. Os autores em seu estudo apresentam dois tipos de legendas: “legenda oculta e/ou fechada e legenda para surdos e ensurdecidos (também conhecida como legenda descritiva ou legenda aberta)” (FARIA; SILVA, 2016).

Segundo a portaria nº 310 artigo 3, legenda oculta

> Corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva (BRASIL, 2006).

Faria e Silva (2016, p. 67) evidenciam que a legenda fechada, conhecida como *closed caption*, “geralmente é utilizada em programas televisivos exibidos ao vivo e são digitadas simultaneamente à fala”.

Já a legenda descritiva, de acordo com Vilella e Stamato (2015, p.25) tem “por sua vez, o objetivo de facilitar a compreensão do conteúdo sonoro", assim Faria e Silva (2016, p. 67) enfatizam que a mesma “é editada junto ao vídeo, aparece sobreposta à imagem e não permite ser ocultada”. Contudo, Franco, Santos e Chaves (2020, p. 14) reforçam que a mesma permite em sua construção “estratégias e modificações”, diferentemente da proposta de legenda fechada, que de acordo com autor, “o modelo não permite correções ortográficas no texto”

Sendo assim, “há preocupação em evitar as redundâncias cometidas na fala para que as legendas” sejam breves, desde que não ocorra falhas ou perdas no conteúdo proposto (VILELLA; STAMATO, 2015, p. 25), visto que, os “erros ortográficos, atrasos na digitação, omissão de informações, entre outros, são descritos por Faria e Silva (2016, p. 68) como as maiores dificuldades encontradas pelos usuários deste recurso.

Em relação aos efeitos sonoros e/ou músicas nas legendas, são “adicionadas para preencher aspectos importantes de outros tipos de referências”. A autora ainda propõe que sejam “consideradas as funções de ruídos e músicas de forma que haja equiparação no recebimento” das informações por parte de pessoas que necessitam do recurso ou não (NASCIMENTO, 2017, p. 564 - 566).

Outrora, apesar do exposto acima, a autora afirma que ainda são incipientes as discussões a respeito das “especificidades” de como realizar legendas destinadas aos efeitos sonoros e/ou músicas (NASCIMENTO, 2017, p. 566). Ou seja, no Brasil “utiliza-se a palavra “música” sozinha ou seguida de um acompanhamento que exemplifique seu enredo (“música alegre”)”, ou o uso de “notas musicais” para a assinalar a presença de música (NASCIMENTO, 2017, p. 567).

Destacamos a importância da música para o conteúdo que planeja divulgar, para que assim a mesma seja adicionada nas legendas de forma coerente, deste modo é “preciso saber o que privilegiar e como transpor o som para a escrita” (NASCIMENTO, 2017, p. 583).

Vale ressaltar que o recurso de legendas pode ser acrescentado por meios de “softwares específicos para edição das mesmas” (NASCIMENTO et al, 2020, p. 228).

Figura 5: Exemplo de legendas

Imagem 4: Exemplo de Legendas.
Da esquerda para direita: Acessibilidade e Recursos Tecnológicos e foto da intérprete de Libras.
Abaixo texto informativo sobre o respectivo tema.

Início da audiodescrição: Imagem 4: Exemplo de legendas.

Da esquerda para direita: Acessibilidade e recursos tecnológicos e foto da intérprete de Libras. Abaixo texto informativo sobre o respectivo tema “Acessibilidade e recursos tecnológicos estão relacionados aos dispositivos que auxiliam na qualidade de vida e autonomia da Pessoa com Deficiência. Fim da audiodescrição

Fonte: os autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que os recursos apresentados neste documento como: janela de libras, audiodescrição, legendas para surdos e ensurdecidos, fonte ampliada e alto contrataste, são essenciais para a usabilidade das pessoas com deficiência ou necessidades específicas, fazendo com que os mesmos possam participar socialmente de forma ativa.

Apesar das ações sociais desenvolvidas a partir das normativas legais, é primordial o trabalho coletivo para melhorias de acesso em todos os ambientes, sejam presenciais ou digitais de forma permanente e contínua.

Em síntese, se faz necessário garantir uma acessibilidade básica que oriente novas investigações sobre a relevância do diálogo entre a sociedade e a PcD, mediadas pela plena participação deste grupo específico segundo o lema já mencionado neste documento.

Precisamos destacar que a sociedade deve ampliar seus métodos para construção e manutenção de ambientes acessíveis e inclusivos. É preciso fomentar e compreender a utilização dos recursos de acessibilidade na elaboração de novos caminhos.

Logo, e em tempo, observar a transversalidade entre as propostas do plano educacional individualizado (PEI), plano acessibilidade na avaliação (PAA), plano de transição para a vida independente (PIT) e plano de acessibilidade básica (PAB), favorece a compreensão para com as dimensões de acessibilidade enquanto nos propõe desafios e reflexões diárias por uma participação eficaz, contínua e inclusiva. Em síntese, considerar o desenvolvimento social pelos vieses propostos nestes quatro temas, configura um roteiro para que alcancemos desenvoltura nesse contexto de acessibilidade para toda dimensão existencial humana, afinal o planejamento de ações inclusivas durante a concepção de quaisquer projetos é extremamente necessário.

REFERÊNCIAS

BORGES, A.; A.; P. SCHMIDT, C. DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM: uma abordagem para alunos com autismo em sala de aula. **Revista Teias**, v. 22, n. 66, jul./set. 2021.

BRASIL. **Lei nº10.436** de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: L10436 (planalto.gov.br). Acesso em 29 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Decreto 5.296**, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:/Users/inezc/Downloads/decreto%205296-2004.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2022.

BRASIL. **Portaria nº 310**, de 27 de junho de 2006. Aprova a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Disponível em: Portaria no 310 -27JUN2006- - Acessibilidade.pdf. Acesso em 29 de dezembro de 2022.

BRASIL. Decreto Legislativo n. 186, de 9/7/2008. Ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Lei n° 13.146** de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiências (Estatuto da Pessoa com deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 28 de setembro de 2020.

CAPELLI, J. C. S.; CICCO, N. N. T.; BARRAL, J.; RUMJANEK, V. M**. Educação de Surdos no Ensino Superior**. Projeto Surdos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

CEDERJ. **Cartilha de acolhimento ao estudante NEE**. Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Fundação Cecierj, Consórcio Cederj, 2020.

COLLINS, P.H. BILGE, S. **Intersectionality**. Cambridge; Malden: Polity Press, 2016.

FARIA, N. G.; SILVA, D. C. Legendas e Janelas: Questão de acessibilidade. **Revista Sinalizar**, v.1, n.1, p. 65-77, janeiro/junho 2016.

FRANCO, R. P.; SANTOS, I. P. R.; CHAVES, E. G. Um estudo sobre legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) em videoaulas em Plataforma de Ensino a Distância. **Caletroscópio**, Vol. 8, nº Especial II, 2020, Linguística Aplicada, Universidade Federal de Ouro Preto – MG. ISSN 2318-4574.

GRILO, A. Acessibilidade e inclusão e as tecnologias na educação: diálogos entre design inclusivo e um modelo de design colaborativo. In: Francisco Ricardo Lins V. Melo, Érica Simony F. M. Guerra, Margareth Maciel F. D. Furtado (Orgs.). **Educação superior, inclusão e acessibilidade: reflexões contemporâneas**. Encontrografia, 2021, Campos dos Coytacazes (RJ).

MOTTA, L. M. V. M. **A Audiodescrição na escola: Abrindo caminhos para leitura de mundo**. 1 Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

MOTTA, L. M. V. M. Audiodescrição na escola: orientações para professores em tempo de pandemia. In: Francisco Ricardo Lins V. Melo, Érica Simony F. M. Guerra, Margareth Maciel F. D. Furtado (Orgs.). **Educação superior, inclusão e acessibilidade:** reflexões contemporâneas. Encontrografia, 2021, Campos dos Coytacazes (RJ).

PEREGRINO, J. F. **Estudos técnicos sobre práticas de acessibilidade para televisão e cinema para pessoas com deficiência visual e auditiva: recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência**. Orientador: Professor Emérito Hatisaburo Masuda. 2020. 195f. Tese (Mestrado em Educação, Gestão e Difusão em Biociência) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

NASCIMENTO, A. K. P. Traduzindo sons em palavras nas legendas para surdos e ensurdecidos: uma abordagem com linguística de corpus**. Trabalhos em Linguística Aplicada**., Campinas, nº 56.2: 561-587, maio/agosto 2007.

NASCIMENTO, G. O. F.; SANTOS, F. D.; SALTON, B. P.; SONZA, A. P. Acessibilidade em vídeos: ampliando o alcance da pesquisa para as comunidades escolares. In: SONZA, A.P.; SALTON, B. P.; BERTAGNOLLi, S. C.; NERVIS, L.; CORADINI, L. (orgs**.). Conexões assistivas: tecnologia assistiva e materiais didáticos acessíveis**. ed. Graffoluz, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves-RS, 2020. p. 223-233.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 4ª ed. Brasília-DF: SNPD, 55p., 2012. Nova York-NY: Organização das Nações Unidas, 2006.

PERDIGÃO, L. T.; LIMA, N. R. W**. Vendo com outros olhos. A audiodescrição na educação a distância**. Niterói, 2017. Ebook.

PERDIGÃO, L. T.; MONTEIRO, F. V.; FERNANDES, E. M. Divulgação cientifica acessível: um estudo de caso no Núcleo de Educação Especial e Inclusiva – NEEI. In: **Anais do VIII Congresso Brasileiro de Educação Especial 2021.** Universidade Federal de São Carlos.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, I. M. S.; RABELO, L. C.C.; MOREIRA, S. C. P. C.; ASSIS, A.R**. Acessibilidade e desenho universal na aprendizagem**. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021, 104p.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? (Feminismos Plurais). Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.

ROMAGNOLLI, G. S. E. **Inclusão de alunos com baixa visão na rede pública de ensino. Orientação para professores**. Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Ross. 2008. (Programa de Desenvolvimento Educacional) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2008.

SASSAKI, R. K. **As sete dimensões da acessibilidade**. 1º ed, São Paulo: Larvatus Prodeo, 2019, 200 p.

SONZA, A.P.; NASCIMENTO, G.F.; EGAMI, B. K. N. Acessibilidade Digital. In: Francisco Ricardo Lins V. Melo, Érica Simony F. M. Guerra, Margareth Maciel F. D. Furtado (Orgs.). **Educação superior, inclusão e acessibilidade: reflexões contemporâneas**. Encontrografia, 2021, Campos dos Coytacazes (RJ).

UFRGS. **Acessibilidade em Ambientes Virtuais**. Programa Incluir. Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Rio Grande do Sul, 2020.

VILLELA, L. M.; STAMATO, A. B. T. Audiodescrição e Legendagem para surdos e ensurdecidos no contexto do Ensino Superior: aplicação de recursos de acessibilidade na produção de vídeos institucionais e conceituais. In: VILLELA, L. M.; MARTINS, S. E. S. O.; LEITE, L. P. (orgs.) **Recursos de acessibilidade aplicados ao ensino superior** [recurso eletrônico]. Bauru: FC/Unesp, 2015. p. 107

FLÁVIA BARBOSA S DUTRA: Professora do quadro permanente do Programa de Pós Graduação em Educação (ProPEd/Uerj) e dos cursos de graduação de Pedagogia e Licenciaturas da Uerj, modalidades presencial e EAD). Atualmente desenvolve suas pesquisas voltadas para acessibilidade nos espaços formais e não formais de educação, com ênfase no Ensino Superior, esporte (desporto e paradesporto) e lazer.
https://orcid.org/0000-0002-0812-6092

FELIPE DI BLASI: Doutor em Educação, Gestão e Difusão em Biociências pelo Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo De Meis (UFRJ), mestre em Sociologia do Esporte (UGF), graduado em Educação Física (UFRJ). Professor I de Educação Física (SME/RJ), membro pesquisador da Academia Paralímpica Brasileira (APB) e coordenador do Laboratório de Inclusão e Diversidade (LID).
https://orcid.org/0000-0003-1581-3840

MIDIÃ MOREIRA OLIVEIRA RAMOS: Mestre em Educação, Gestão e Difusão em Biociências (Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis – UFRJ). Pós-graduada em Educação Física Especial e Neurociências. Graduação em Educação Física. Pesquisadora do Laboratório de Inclusão e Diversidade (LID) – Uerj. Atua como Técnico de Modalidade Esportiva no Projeto Movimento na Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade e Professora no Projeto Inclusão Meriti da Secretaria de Esporte de São João de Meriti.
https://orcid.org/0000.0003.1340.0698

ANNIE GOMES REDIG: Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd/UERJ). Professora Associada do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação
(ProPEd/UERJ). Atua na graduação nos cursos de Pedagogia e Licenciatura nas modalidades presencial e a distância da UERJ. Foi professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede pública de ensino do Município do Rio de Janeiro. Tem experiência docente e de pesquisa na área de Educação Especial e Educação Inclusiva.
https://orcid.org/0000-0003-3610-5333